

## Medidas relativas à situação epidemiológica do Coronavírus - COVID 19

No passado dia 26 de março foram aprovados vários Decretos-Lei em resposta à situação epidemiológica do Covid 19 com importante impacto para as empresas. Destacamos o Decreto-Lei n.º 10-G/2020, complementado com a Declaração de Retificação nº14/2020 de 28 de março, que estabelece uma medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, o Decreto-Lei n.º 10-F/2020, que estabelece um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais e o Decreto-Lei n.º 10-J/2020, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado:

### 1) Decreto-Lei n.º 10-G/2020: medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho (*Lay-Off* simplificado) - complementado com a Declaração de Retificação nº14/2020 de 28 de março

As medidas excecionais previstas no presente decreto-lei aplicam-se aos empregadores de natureza privada, incluindo as entidades empregadoras do setor social, e trabalhadores ao seu serviço, afetados pela pandemia da COVID-19 e que se encontrem, em consequência, em situação de crise empresarial.

Para a aplicação do presente decreto-lei, considera-se **situação de crise empresarial**:

a) O encerramento total ou parcial da empresa ou estabelecimento, decorrente do dever de encerramento de instalações e estabelecimentos, previsto no Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, ou por determinação legislativa ou administrativa, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, ou ao abrigo da Lei de Bases



da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual, assim como da Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro, relativamente ao estabelecimento ou empresa efetivamente encerrados e abrangendo os trabalhadores a estes diretamente afetos;

b) Mediante declaração do empregador conjuntamente com certidão do contabilista certificado da empresa que ateste:

i) A paragem total ou parcial da atividade da empresa ou estabelecimento que resulte da **interrupção das cadeias de abastecimento globais, ou da suspensão ou cancelamento de encomendas**;

ii) **A quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40 % da faturação no período de trinta dias anterior** ao do pedido junto dos serviços competentes da segurança social, com referência à média mensal dos dois meses anteriores a esse período, ou face ao período homólogo do ano anterior ou, ainda, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média desse período.

As entidades beneficiárias podem no futuro ser fiscalizadas, pelas entidades públicas competentes, devendo comprovar por via documental nesse momento os factos em que se baseou o pedido e as respetivas renovações. Poderá ser também vir a ser requerida a apresentação de determinados documentos:

a) Balancete contabilístico referente ao mês do apoio bem como do respetivo mês homólogo ou meses anteriores, quando aplicável;

b) Declaração de Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) referente ao mês do apoio bem como dos dois meses imediatamente anteriores, ou a declaração referente ao último trimestre de 2019 e o primeiro de 2020, conforme a requerente se encontre no regime de IVA mensal ou trimestral respetivamente, que evidenciem a intermitência ou interrupção das cadeias de abastecimento ou a suspensão ou cancelamento de encomendas; e

c) Documentos demonstrativos do cancelamento de encomendas ou de reservas, dos quais resulte que a utilização da empresa ou da unidade afetada será reduzida em mais

de 40 % da sua capacidade de produção ou de ocupação no mês seguinte ao do pedido de apoio; e

d) Outros elementos comprovativos adicionais a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área do trabalho e da segurança social.

**Em termos de procedimento para acesso às medidas extraordinárias**, deverá ser feita comunicação escrita aos trabalhadores da decisão do empregador de requerer o apoio, indicando a duração previsível do mesmo (ouvindo os delegados sindicais e comissões de trabalhadores, quando existam) e entrega, de imediato, de requerimento ao Instituto da Segurança Social (Mod. RC 3056 - DGSS), acompanhado de:

- ✓ Declaração do empregador;
- ✓ Certidão do contabilista certificado da empresa (que atesta a existência de situação de crise empresarial, nos termos referidos supra);
- ✓ Listagem nominativa dos trabalhadores abrangidos e respetivo NISS.

O presente decreto-lei estabelece as seguintes medidas excecionais:

## **1.º Apoio financeiro para pagamento de remunerações em caso de redução do período normal de trabalho (pnt) ou de suspensão do contrato**

O trabalhador tem direito a auferir mensalmente um valor igual a 2/3 da respetiva retribuição ilíquida, sendo:

- ✓ 70 % assegurado pela Segurança Social
- ✓ 30 % assegurado pela entidade empregadora

Limites:

- ✓ Mínimo: RMMG (635€);
- ✓ Máximo: isoladamente ou em conjunto com a retribuição por trabalho prestado na empresa em *lay-off*, três vezes o valor da RMMG (1.905,00€);

Nos casos dos trabalhadores abrangidos pelo regime de redução do período normal de trabalho, é assegurado o direito ao respetivo salário, calculado em proporção das horas de trabalho.

Assim, se o trabalhador trabalhar mais que 2/3 do pnt este recebe as horas de trabalho que fez a mais, normalmente, sendo que a comparticipação da Segurança Social é de 70% de 2/3 do salário.

Contudo, se na redução o trabalhador trabalhar menos que os 2/3 do pnt e o salário auferido pelo trabalhador for inferior a 2/3 da sua retribuição normal ilíquida ou inferior à RMMG, o trabalhador tem direito a uma compensação retributiva igual à diferença entre um destes valores, consoante a situação concreta, e o salário que auferir em regime de *lay-off*.

Explicitando com um exemplo: Um trabalhador com um salário de 1.200,00€ no regime de *lay-off* receberá 800,00€ (2/3 da remuneração normal). Todavia, numa situação de redução do seu período normal de trabalho para 50%, o salário normal proporcional é de 600,00€. Nestes casos, a compensação retributiva incide sobre a diferença entre os dois valores (800€ - 600€), ou seja 200,00€. A Segurança Social já não comparticipa 70% de 2/3 do salário, mas apenas 70% da diferença dos dois valores. O apoio é inferior, precisamente porque o trabalhador está a trabalhar, ainda que metade do tempo.

## **2.º Plano extraordinário de formação profissional a tempo parcial**

Apoio atribuído por trabalhador e suportado pelo IEFP, cumulável com o *lay-off*, concedido em função das horas de formação frequentadas, até ao limite de 50% da retribuição ilíquida, com o limite máximo da RMMG (635€), por trabalhador.

A duração da formação não deve ultrapassar os 50% do período normal de trabalho durante o período em que decorre.

### 3.º Incentivo financeiro extraordinário para apoio à retoma da atividade da empresa

A conceder pelo IEFP, pago de uma só vez e com o valor de uma RMMG (635€) por trabalhador abrangido pelo *lay-off*. Acumulável com qualquer uma das outras medidas, mediante a apresentação de requerimento do empregador ao IEFP, apresentando os seguintes documentos:

- a) Balancete contabilístico referente ao mês do apoio bem como do respetivo mês homólogo ou meses anteriores, quando aplicável;
- b) Declaração de IVA referente ao mês do apoio bem como dos dois meses imediatamente anteriores, ou a declaração referente ao último trimestre de 2019 e o primeiro de 2020, conforme a requerente se encontre no regime de IVA mensal ou trimestral respetivamente, que evidenciem a intermitência ou interrupção das cadeias de abastecimento ou a suspensão ou cancelamento de encomendas; e
- c) Documentos demonstrativos do cancelamento de encomendas ou de reservas, dos quais resulte que a utilização da empresa ou da unidade afetada será reduzida em mais de 40 % da sua capacidade de produção ou de ocupação no mês seguinte ao do pedido de apoio; e
- d) Elementos comprovativos adicionais a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área do trabalho e da segurança social

### 4.º Isenção temporária do pagamento de contribuições para a Segurança Social a cargo do empregador

As empresas que beneficiem do *lay-off* têm igualmente direito à isenção total do pagamento das contribuições à Segurança Social, relativamente aos trabalhadores abrangidos e membros dos órgãos estatutários, durante o período de vigência da medida aplicável.

**Quanto à duração**, a empresa beneficia dos apoios financeiros (para pagamento de remunerações em caso de redução do período normal de trabalho (pnt) ou de

suspensão do contrato e isenção temporária do pagamento de contribuições para a Segurança Social a cargo do empregador) durante um mês, período que poderá, excecionalmente, ser prorrogado, até ao máximo de 3 meses.

Durante o período de aplicação das medidas de apoio, bem como nos 60 dias seguintes, o empregador não pode fazer cessar contratos de trabalho de trabalhador abrangido por aquelas medidas, ao abrigo das modalidades de despedimento coletivo ou despedimento por extinção do posto de trabalho, previstos nos artigos 359.º e 367.º do Código do Trabalho.

O incumprimento por parte do empregador ou do trabalhador das obrigações relativas aos apoios previstos no presente decreto-lei implica a imediata cessação dos mesmos e a restituição ou pagamento total ou proporcional, conforme o caso, à Segurança Social ou ao IEFP, dos montantes já recebidos ou isentados, quando se verifique alguma das seguintes situações:

- a) Despedimento, exceto por facto imputável ao trabalhador;
- b) Não cumprimento pontual das obrigações retributivas devidas aos trabalhadores;
- c) Não cumprimento pelo empregador das suas obrigações legais, fiscais ou contributivas;
- d) Distribuição de lucros durante a vigência das obrigações decorrentes da concessão do incentivo, sob qualquer forma, nomeadamente a título de levantamento por conta;
- e) Incumprimento, imputável ao empregador, das obrigações assumidas, nos prazos estabelecidos;
- f) Prestação de falsas declarações;
- g) Prestação de trabalho à própria entidade empregadora por trabalhador abrangido pela medida de apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho na modalidade de suspensão do contrato, ou para lá do horário estabelecido, na modalidade de redução temporária do período normal de trabalho.

## 2) Decreto-Lei n.º 10-F/2020: regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais

Em 9 de março, o Governo decidiu prorrogar o prazo de cumprimento de obrigações fiscais (declarativas e de pagamento) relativas ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nomeadamente adiando o Pagamento Especial por Conta de 31 de março de 2020 para 30 de junho de 2020, prorrogando a entrega da declaração Modelo 22 de 31 de maio de 2020 para 31 de julho de 2020 e prorrogando o primeiro pagamento por conta e o primeiro pagamento adicional por conta de 31 de julho de 2020 para 31 de agosto de 2020.

Vem-se agora alargar a outras situações a possibilidade alargamento dos prazos de pagamento a outros impostos.

Relativamente à entrega do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e das retenções na fonte de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

No segundo trimestre de 2020, as obrigações previstas no artigo 98.º do Código do IRS, no artigo 94.º do Código do IRC e no artigo 27.º do Código do IVA, que tenham de ser realizadas por sujeitos passivos que tenham obtido um **volume de negócios até (euro) 10 000 000,00 em 2018** (no caso dos sujeitos passivos que tenham iniciado a sua atividade em 2019, utilizam-se os dados desse ano), ou cuja atividade se enquadre nos setores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, podem ser cumpridas:

- ✓ Nos prazos normais;
- ✓ Em três ou seis prestações mensais, sem juros.

Nos planos prestacionais a primeira prestação vence-se na data de cumprimento da obrigação de pagamento em causa e as restantes prestações mensais na mesma data dos meses subsequentes.

Os pedidos de pagamentos em prestações mensais deverão ser apresentados por via eletrónica, até ao termo do prazo de pagamento voluntário.

Os restantes sujeitos passivos podem igualmente requerer os pagamentos em prestações, quando declarem e demonstrem uma diminuição da faturação comunicada através do E-fatura de, pelo menos, 20 % na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação, face ao período homólogo do ano anterior, que deverá certificada por revisor oficial de contas ou contabilista certificado.

Quanto às **Contribuições Sociais**, têm direito ao diferimento do pagamento de contribuições as entidades empregadoras dos setores privado e social com (o número de trabalhadores é aferido por referência à declaração de remunerações relativa ao mês de fevereiro de 2020):

- ✓ Menos de 50 trabalhadores;
- ✓ Um total de trabalhadores entre 50 e 249, desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da faturação comunicada através do e-fatura nos meses de março, abril e maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média do período de atividade decorrido;
- ✓ Um total de 250 ou mais trabalhadores, desde que se trate de instituição particular de solidariedade social ou equiparada, ou que a atividade dessas entidades empregadoras se enquadre nos setores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, ou nos setores da aviação e do turismo, e desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da faturação comunicada através do e-fatura nos meses de março, abril e maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média do período de atividade decorrido.

Os dados da faturação terão de ser demonstrados pela entidade empregadora durante o mês de julho de 2020, conjuntamente com certificação do contabilista certificado da empresa



As contribuições da responsabilidade da entidade empregadora, devidas nos meses de março, abril e maio de 2020, podem ser pagas nos seguintes termos:

- ✓ Um terço do valor das contribuições é pago no mês em que é devido;
- ✓ O montante dos restantes dois terços é pago em prestações iguais e sucessivas nos meses de julho, agosto e setembro de 2020 ou nos meses de julho a dezembro de 2020, sem juros.

Note-se que as entidades empregadoras que já efetuaram o pagamento da totalidade das contribuições devidas em março de 2020, o diferimento inicia-se em abril de 2020 e termina em junho de 2020.

O diferimento do pagamento de contribuições não se encontra sujeito a requerimento, mas em julho de 2020, as entidades empregadoras devem indicar na Segurança Social Direta qual dos prazos de pagamento pretendem utilizar.

### **3) Decreto-Lei n.º 10-J/2020: estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado**

No sentido de garantir a continuidade do financiamento às famílias e empresas e prevenir eventuais incumprimentos resultantes da redução da atividade económica, é aprovada uma moratória, até 30 de setembro de 2020, que prevê a proibição da revogação das linhas de crédito contratadas, a prorrogação ou suspensão dos créditos até fim deste período.

As medidas de proteção e apoio à liquidez e tesouraria têm como finalidade o diferimento do cumprimento de obrigações dos beneficiários perante o sistema financeiro.

Beneficiam das medidas previstas no presente decreto-lei as empresas que preencham cumulativamente as seguintes condições:

- a) Tenham sede e exerçam a sua atividade económica em Portugal;
- b) Sejam classificadas como microempresas, pequenas ou médias empresas de acordo com a Recomendação 2003/361/CE da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, bem como as demais empresas independentemente da sua dimensão, que, à data de publicação do regime, preencham as restantes condições, excluindo as que integrem o setor financeiro;
- c) Não estejam, a 18 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições, ou estando não cumpram o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018, e não se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessão de pagamentos, ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições;
- d) Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, não relevando até ao dia 30 de abril de 2020, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.

Beneficiam igualmente das medidas previstas:

- a) **As pessoas singulares, relativamente a crédito para habitação própria permanente** que, preencham as condições de não incumprimento também previstas para as empresas, tenham residência em Portugal e estejam em situação de isolamento profilático ou de doença ou prestem assistência a filhos ou netos, ou que tenham sido colocados em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial, em situação de desemprego registado no IEFP, bem como os trabalhadores elegíveis para o apoio extraordinário à redução da

atividade económica de trabalhador independente e os trabalhadores de entidades cujo estabelecimento ou atividade tenha sido objeto de encerramento determinado durante o período de estado de emergência, nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março; e

**b) Os empresários em nome individual, bem como as instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e as demais entidades da economia social,** exceto aquelas que reúnam os requisitos previstos no artigo 136.º do Código das Associações Mutualistas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, que, à data de publicação do presente decreto-lei, preencham as condições de não incumprimento também previstas para as empresas e tenham domicílio ou sede em Portugal.

A moratória aplica-se a operações de crédito concedidas por instituições de crédito, sociedades financeiras de crédito, sociedades de investimento, sociedades de locação financeira, sociedades de factoring e sociedades de garantia mútua, bem como por sucursais de instituições de crédito e de instituições financeiras a operar em Portugal.

Não se aplica a crédito ou financiamento para compra de valores mobiliários ou aquisição de posições noutros instrumentos financeiros, quer sejam garantidas ou não por esses instrumentos, a crédito concedido a beneficiários de regimes, subvenções ou benefícios, designadamente fiscais, para fixação de sede ou residência em Portugal, incluindo para atividade de investimento, com exceção dos cidadãos abrangidos pelo Programa Regressar, bem como a crédito concedido a empresas para utilização individual através de cartões de crédito dos membros dos órgãos de administração, de fiscalização, trabalhadores ou demais colaboradores.

#### **A moratória consiste:**

- ✓ Na proibição de revogação, total ou parcial, de linhas de crédito contratadas e empréstimos concedidos, nos montantes contratados à data de entrada em vigor do decreto-lei, durante o período em que vigorar a medida de apoio;
- ✓ Na prorrogação, por um período igual ao prazo de vigência da medida de apoio, de todos os créditos com pagamento de capital no final do contrato, vigentes à

data de entrada em vigor do decreto-lei, juntamente, nos mesmos termos, com todos os seus elementos associados, incluindo juros, garantias, designadamente prestadas através de seguro ou em títulos de crédito;

- ✓ Na suspensão, relativamente a créditos com reembolso parcelar de capital ou com vencimento parcelar de outras prestações pecuniárias, durante o período em que vigorar a medida de apoio, do pagamento do capital, das rendas e dos juros com vencimento previsto até ao término desse período, sendo o plano contratual de pagamento das parcelas de capital, rendas, juros, comissões e outros encargos estendido automaticamente por um período idêntico ao da suspensão, de forma a garantir que não haja outros encargos para além dos que possam decorrer da variabilidade da taxa de juro de referência subjacente ao contrato, sendo igualmente prolongados todos os elementos associados aos contratos abrangidos pela medida, incluindo garantias.

® Documento elaborado por VLP- Veloso e Associados, SROC. Março 2020.